

Do Rio bestializado ao Rio do carnaval

Wesley de Jesus Barbosa¹

Resumo: O presente artigo buscará construir um conceito de cidadania relevante à realidade brasileira. Para isso, debateremos os conceitos de literatura menor, a serem articulados ao contexto brasileiro, primeiro para desmontar alguns vieses simplificadores, do olhar elitista e europeizante, do agir político do povo brasileiro. Segundo para justificar o recurso do samba como dispositivo político devidamente identificado ao conceito de literatura menor de Deleuze e Guattari. Em seguida, trabalharemos *Os Bestializados*, de José Murilo de Carvalho, no sentido de contar a história do Rio para identificar as noções de cidadania que se quis atribuir ao povo, como omissão de seu compromisso social com a nação e a construção de seus direitos. Assim como, o esforço do Estado em atuar para afastar o povo de seu espaço de poder e, que, mesmo assim, excluídos, as pessoas encontraram meios de organização: redes de solidariedade e combate direto às instituições. E, além disso, se fazendo inserir por meios bem singulares, nos termos de Carvalho, por uma Estadania. Por fim, interpretaremos alguns sambas de enredo para endossar o nosso argumento de que as práticas cidadãs brasileiras são múltiplas, sendo o samba uma delas.

Palavras-chave: História do Rio de Janeiro; Cidadania; Exclusão; Samba; Filosofia brasileira.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, e Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Licenciado em História e Bacharel em Psicologia pela UFES. E-mail: wesleydejesusbarbosa1980@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8766-6670>.

From bestialized Rio to Carnival Rio

Abstract: This article will seek to construct a concept of citizenship applicable to the Brazilian reality. To this end, we will debate the concepts of multiplicity and minor literature, to be applied to the Brazilian context, first to dismantle some simplifying biases, of the elitist and Europeanizing look, of the political actions of the Brazilian people. Secondly, to justify the use of samba as a political device duly identified with Deleuze and Guattari's concept of minor literature. Next, we will work on José Murilo de Carvalho's *Os Bestializados*, in order to tell the story of Rio to identify the notions of citizenship that were intended to be attributed to the people, as an omission of their social commitment to the nation and the construction of their rights. As well as the State's effort to act to remove the people from their space of power, and even so, excluded, people found means of organization: networks of solidarity and direct combat against institutions. And, in addition, being inserted through very unique means, in Carvalho's terms, through a *Estadania*. Finally, we will interpret some plot sambas to endorse our argument that Brazilian citizenship practices are multiple, samba being one of them.

Keywords: History of Rio de Janeiro; Citizenship; Exclusion; Samba; Brazilian philosophy.

Introdução

O triângulo edipiano é muito pouco para uma literatura menor, para o samba. Porque o indivíduo, coletiviza-se, se lança no todo, é o todo. Os conflitos familiares não são domésticos, compõe-se de nuances do político, da sociedade. Em *O Processo*, de Kafka existe uma burocracia que massacra K. como pessoa, ele perdeu-se de si para ser o próprio processo.

A terceira característica é que tudo toma um valor coletivo. Com efeito, precisamente porque os talentos não abundam numa literatura menor, as condições de uma enunciação individuada não são dadas, que seria a de um tal ou qual 'mestre', e poderia ser separada da enunciação coletiva.ⁱ

O samba reverbera uma esperança, um desejo de ser de outro modo, porque há um lirismo triste por trás da torrente musical, que enuncia o cotidiano violento, a cidade agitada com seu transporte público ineficiente, a violência policial, a falta de escolas e creches, o racismo. Os compositores, intérpretes, passistas, carnavalescos, compõe uma coesão do samba como multiplicidade social. Por isto a entrega àquilo. Não se dimensiona um projeto qualquer, é muito grande, imenso, histórico, coletivo: se deve respeito a honra de Tia Ciata e Donga, a velha guarda, a todos os seus antepassados, que mesmo sobre a alcunha da mais lancinante dor, não deixaram de usar qualquer recurso que fosse para gritar por liberdade: o samba é um pouco disso.

A literatura menor é completamente diferente: seu espaço exíguo faz que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto uma outra história se agite nela. É nesse sentido que o triângulo familiar conecta-se aos outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, que determinam os valores deles.ⁱⁱ

O samba como enunciação coletiva, ainda tem singularidades, tão genuínas quanto espetaculares. Alguns, inclusive, não conseguem entender e atribuem a essa manobra de (re)existência de si e dos outros, uma alienação política, não coletiva, do sujeito. Ao contrário, diante do racismo, da demonização das religiões de matriz africana e da música de terreiro, da proibição de tocar violão, cavaquinho, pandeiro, como atribuições de “vagabundo”, diante do mais atroz crime hediondo praticado como sistema comercial, o tráfico de pessoas como escravizadas, eles nunca se resignaram diante do sofrimento, ao contrário, elaboraram respostas criativas e coletivas para continuar existindo quando nada mais fazia sentido. As respostas do povo preto deixaram e deixam o colonizador branco (aplica-se esse epíteto a intelectual branco, ainda incapaz de reler a história e a si mesmo como racistas) confuso, pois: Por que tanta alegria e leveza? Sentir-se alegre e trabalhar para promover isso nos outros não é algo irrisório, isso é a plenipotência de uma vida que (re)existe, toda, inteira, maravilhosa, para escândalo do covarde traficante de pessoas. Sorrir não é menor que se filiar a um partido político ou ao sindicato, é tão poderoso quanto, melhor seria aglutinar ambos. “O que o escritor sozinho diz já constitui uma ação comum, e o que ele diz ou faz é necessariamente político, mesmo que os outros não estejam de acordo. O campo político contaminou todo o enunciado.”ⁱⁱⁱ É a literatura do samba que organiza esses dizeres como um canto cadenciado a contagiar o mundo todo de alegria e liberdade. Os movimentos de luta quilombola, *rapper*, *funk*, grafiteiro, de luta pela moradia, da reforma agrária, de combate ao extermínio da juventude preta, são vozes calorosas dessa militância política. Todas elas focando no mesmo lugar, na luta por direitos, na luta por justiça. Mas os movimentos artísticos conseguem alcançar, por outras vias, o público racista, os políticos, as elites, para fazer reverberar uma transformação, no plano da cultura, como processo de subjetivação de uma ação singular de um povo em luta. Chico César em *Reis do*

Agronegócio, para dar um exemplo, promove agenciamentos de uma multiplicidade infinita fomentando microrrevoluções pessoais; sua poesia demarca fissuras no chão duro e maciço das certezas fascistas, sua revolução, enquanto articulação político estética, é mais profunda e duradoura.^{iv} “É a literatura que se encontra encarregada positivamente deste papel e desta função de enunciação coletiva, e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa, malgrado o ceticismo.”^v Assim, a literatura, o samba enredo, tem uma função educativa, formacional, revolucionária e de promoção de alegria e felicidade, em lugares, que muitas vezes, o Estado é ausente e ineficaz, lembrando do território, apenas, para realização de operações policiais de combate ao tráfico de drogas, normalmente com muitas mortes.

A máquina literária toma assim o lugar de uma máquina revolucionária porvir, de modo algum por razões ideológicas, mas porque só ela é determinada a satisfazer as condições de uma enunciação coletiva que faltam por toda outra parte nesse meio: a literatura é a tarefa do povo.^{vi}

Mesmo nessa língua maior se faz um uso rebelde dela, como a desmascará-la de sua hipocrisia e convivência com o mal. Para fazer emergir de dentro de sua gramática os axiomas de sua contradição humanitária genocida. Os árabes franceses, os mexicanos estadunidenses, os brasileiros portugueses, os haitianos brasileiros, os tunisianos italianos, os indianos ingleses, jogam com a língua, a misturam, a enegrecem, a significam de um outro jeito. “Levar lentamente, progressivamente, a língua para o deserto. Servir-se da sintaxe para gritar, dar ao grito uma sintaxe.”^{vii} Os negros brasileiros de hoje fazem um uso particular do português, marcam a língua com a sua presença. Desde a falta de concordância, não como erro, mas como modo do falar popular, e também, para os policiais da sintaxe, como denúncia de uma educação formal bastante tosca oferecida aos pobres e negros, às palavras genuinamente africanas ou afro-brasileiras, como

banto, acarajé, dendê, se tem um uso menor do lusitanismo como a desmascará-lo. “Mas o que é interessante, ainda, é a possibilidade de fazer um uso menor de sua própria língua, supondo que seja única, que ela seja uma língua maior ou o tenha sido. Ser em sua própria língua como um estrangeiro”.^{viii} A literatura de sambas de enredo como literatura menor, ou seja, um texto político, social, coletivo, para o exercício da cidadania. Cidadania que para o olhar das elites ou de visitantes europeus do início do século XX é incompreensível, pois o povo brasileiro, se existe, não a exerce como tal. O povo a ver a proclamação da república como quem vê uma banda de música passar: bestializado.

O pensamento opositor é reativo, produto de dois milênios de moral judaico cristã, se considerarmos o seu trabalho catequético desde o seu endosso mais salutar no platonismo-socratismo. Neste sentido, qualquer maniqueísmo subjacente é redutor e, portanto, falsificador de uma análise, no mínimo, honesta. A genealogia como método não se opõe a História, como se esta fosse uma veleidade do niilismo moderno que tem como seu maior representante a ciência. A História é mais longa e tem mais sustentáculos que os apetites de uma vontade de verdade como teleologia. Desde Heródoto e o canto dos Aedos, que a História revigora o sentido humano como genealogia dos heróis gregos e da superpotência dos deuses. A partir de um determinado momento ela perdeu o seu tom artístico. “A genealogia não se opõe à história como a visão altiva e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da ‘origem’”.^{ix} Na origem existe o nada. O mito da origem é uma invenção cristã, ao menos no ocidente, como narrativa incrustada no imaginário, mesmo dos ateus, de

um Gênesis como momento da criação. “A objetividade do historiador é a interversão das relações do querer no saber e é ao mesmo tempo a crença necessária na Providência, nas causas finais, e na teologia. O historiador pertence à família dos ascetas.”^x Quando o niilismo cristão é substituído pelo niilismo moderno científico, o método como máquina de escavar sentido, requereu, mais uma vez, um retorno às origens. Ou como investigação das causas, sempre causais, *ad infinitum*, ou como causalidade como ir ao fundo das coisas, para habitar nesta região tranquila e calma, da causa primeira, no furo originário que, indelevelmente, formou tudo. “O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma.”^{xi} Esta origem é uma ficção criada pelos cansados da vida, como se lá pudessem não mais ter que ser desafiados o tempo todo para continuar vivos, numa guerra perpétua, sem razão ou sentido, em direção ao túmulo.

Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem (Ursprung)? Porque, primeiramente, a pesquisa, nesse sentido, se esforça para recolher nela a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessivo.^{xii}

Por trás das coisas não existe uma essência, como se o real factual fosse um simulacro do mundo das ideias. O real é enquanto tal, numa perspectiva sempre provisória de sua apreensão, porque ao não absolutizarmos conseguimos modificá-lo, transformá-lo, mas não no sentido de progresso. Mais como arranjo de forças que no campo de

disputa apresenta soluções éticas para um convívio melhor. “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.”^{xiii} Assim, é neste ambiente beligerante que a verdade se constitui, e neste mesmo contexto, que ela é desintegrada como vontade de poder submetida por outra força mais destemida. A isto não cabem atribuições de culpa, ressentimento, vergonha, é na luta que as ações são tomadas, por isto a jovialidade do cavaleiro de elevada estirpe senhorial, a besta loura como veículo de seu corpo, todo agir, todo fazer, sem tempo para mesquinhas mentalizações envenenadoras de uma moral decadente (tipologia nietzscheana encontrada na Primeira Dissertação da Genealogia da Moral: Uma polêmica). “[...] atrás da verdade sempre recente, avara e comedida, existe a proliferação milenar dos erros.”^{xiv} Ou seja, não sabemos antes sobre o real e, menos ainda, sobre o real em si, é no instante da experiência vivida que o real se descortina como realidade. A história não é algo que aconteceu de uma vez por todas, ela é um interpretar, um debruçar-se demoradamente sobre os documentos, dando as nuances e tons de uma época no intuito de reforçar as lutas do presente. “Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade.”^{xv} A genealogia enquanto genealogia da moral enuncia uma história política, não dos grandes políticos, dos eventos super extraordinários, porém constrói uma história como denúncia de uma moral castradora. Uma

história sem o seu delírio megalomaniaco das origens insofismáveis, uma história local, palpável.

A República que não foi

Os relatos de muitos viajantes demonstram a forte inserção dos escravizados na música. Inseridos em parte pelos senhores de engenho interessados em ouvir música. Já em 1610 existiam os escravizados músicos. Isso demonstrava uma certa excentricidade e poder econômico. Ter muitos escravos significava ter muito dinheiro, além do que, estes, dedicados a música, não realizariam trabalhos na lavoura, logo, este proprietário deveria ter mais outros para o trabalho na monocultura. Outrossim, teria de ser contratada mão de obra para ensinar e treinar estas pessoas no ofício da música. Também dever-se-ia dedicar-se a construção de instrumentos ou comprá-los na Europa. Ou seja, não seria uma empreitada muito barata ouvir música no período colonial no Brasil. Mas há indícios deste esforço.

Segundo François Pyrard de Laval, que de volta de sua viagem de dez anos à Índia e às Molucas teve oportunidade de passar dois meses na Bahia de 1610, ali viria ele a conhecer um poderoso senhor de engenho que, entre outras ostentações, mantinha uma banda integrada por vinte a trinta escravos dirigidos por um provençal de Marselha. Esse proprietário, identificado por Rodolfo Garcia com Baltazar de Aragão, apelidado em Angola pelos negros de Bángala, pela dureza de seu bordão ou bengala – contratara o músico francês, no dizer de Pyrard de Laval, “para professor de vinte ou trinta escravos que compunham um conjunto de vozes e de instrumentos que tocava o tempo todo”^{xvi, xvii}.

Mas os próprios negros tocavam a sua música, trazidas da África, para as suas muitas finalidades. Os documentos a que se tem acesso para

explicar este fenômeno são pinturas ou comentários em livros de viajantes. As canções não existem mais como som, não existia gravação. Partituras se perderam, e a música dos negros não tinha registro, elas pertenciam, como muitas ainda hoje pertencem, a tradição oral. Muito do conhecimento construído pelos escravizados não tiveram, qualquer registro: isto não se explica, apenas, por um suposto analfabetismo. A maior parte deles eram analfabetos em língua portuguesa, mas sobre suas línguas maternas não se é possível indicar com precisão. De qualquer maneira, manter o saber como tradição oral era uma forma de resistência política e cultural, isto é, o colonizador nunca saberia exatamente como eles pensavam, o que tramavam, em que acreditavam. Daí as dificuldades de acesso às fontes.

[...], do conjunto cartográfico de Georg Marcgraf (1643), incluído no livro de Barlaeus, os negros escravos são mostrados em pequenos grupos, dançando ao som de tambores do tipo candongueiro (que transportavam presos a altura da cintura por uma correia passada transversalmente sobre o ombro direito) e de chocalhos de cabaça, [...]^{xviii}

A hipótese aberta é a de que a religiosidade afro-brasileira foi condição para o surgimento e desenvolvimento do samba como o conhecemos hoje. Assim, montamos nosso argumento relacionando os saberes religiosos aos musicais. Ora, estas pessoas escravizadas não chegariam ao Brasil e, simplesmente, se converteriam ao cristianismo pela catequese jesuítica. Essa interpretação só demonstra como o racismo é cruel e limitador. Vamos inverter a sentença. Vamos imaginar que um português cristão católico fosse escravizado por um babalorixá e que houvesse uma grande infraestrutura política e religiosa para convertê-lo a

religião de terreiro. Será que esse cristão trocava de religião? Provavelmente não! E ao que tudo indica encontraria um jeito de continuar professando a sua fé cristã católica. Não se troca tão facilmente de religião assim, pois ela tem um valor muito profundo para os seus adeptos. Portanto, os negros escravizados, desde o período colonial, praticavam seus cultos, que darão origem a outras religiões, possivelmente, as religiões de matriz africana que conhecemos hoje; e suas músicas de culto, ainda, vão desembocar em fórmulas litúrgicas cerimoniais atuais e suas versões profanas mais descolados do seu sentido sagrado. “- [...] o que Zacharias Wagener assistira em Pernambuco, igualmente sem entender -constituísse, a verdade, uma cerimônia religiosa dos escravos, conhecida àquele tempo com *calundu*, ou *calundus*”^{xix}. Apesar que, e esta informação deve estar sempre presente, o profano e o sagrado configuram-se, diferentemente, nas religiões de matriz africana, não havendo uma descolagem demasiado abrupta.

Bem examinada, essa cena envolvendo três músicos sentados em troncos de árvore tombado, com dois deles tocando com as mãos tambores presos entre as pernas (forma tradicional nos candomblés) e o terceiro, ao centro, raspando um longo reco-reco em forma de bastão (chamado no século XIX de macumba), enquanto outros onze negros dançavam em volteios, fazendo roda em torno de uma mulata, com vestido de longa calda (que abre os braços em atitude estática), parece confirmar a hipótese. Ao que tudo indica, o que o alemão de Dresden, Zacharias Wangener, não terá visto apenas uma ‘Dança de negros’ – como intitulou seu desenho sob número 105 na coleção do seu Tier Buch –, mas o momento do ritual de terreiro da religião de origem africana em Pernambuco ao tempo da ocupação holandesa.”^{xx}

As referências escritas, europeias, de intelectuais e escritores, por vezes tem o demérito de demonstrarem mais os preconceitos de época, que propriamente a realidade. Até mesmo porque, a realidade não é alguma que basta abrir os olhos para enxergá-la. Muitos destes homens, portadores de um eurocentrismo arrogante, eram incapazes de perceber os valores de outras culturas. Partindo-se sempre de seu ponto de vista cultural sem, ao menos, esforçarem-se para mudar a posição do olho. As religiões de matriz africana sofreram desde o começo, forte ataque, enquadrando-as e reduzindo-as, a epítetos da cultura medieval europeia, como bruxaria e rituais de magia, denominada por eles de negra, pela associação direta entre as culturas africanas e o demônio (Exu até hoje sob tais atributos, no mínimo, difamadores). O calundu constitui-se uma dessas primeiras manifestações culturais dos africanos na colônia portuguesa. A invocação dos calundus, definitivamente, não era compreendida pelos europeus. Ou entedia-se como demonismo ou charlatanismo. Algo parecido com o que se faz hoje no sentido de desqualificar as religiões de terreiro atribuindo a elas um *menos* como mera encenação. Curioso, que se este mesmo ataque for usado contra os cristãos no sentido denunciar o seu teatro de possessão demoníaca como um bom meio para extorquir dinheiro dos fiéis, digno dos mais perigosos estelionatários, se é acusado de intolerância religiosa. Importante salientar que a invocação dos calundus não é da ordem da possessão, mas da incorporação numa unidade pluripotente como cosmogonia, ou seja, acesso primordial ao fundo originário propulsor da Criação do universo, sendo a totalidade encarnada no filho montado por seu santo, nos candomblés especificamente. A noção

de possessão demoníaca, além de desconhecimento do que está acontecendo na cerimônia mágica (a missa também é uma cerimônia mágica), é um recurso para desqualificar os adeptos destas religiões.

É ao poeta Gregório de Matos Guerra (1636-1696) que se devem, de fato, as mais antigas referências à realização dessas cerimônias religiosas que, por incluírem a invocação das entidades chamadas calundus (identificadas por Cordeiro da Matta, em seu Ensaio de dicionário kimbundu-português, como kilundu, 'divindade secundária responsável pelo destino de cada pessoa'), acabariam passando esse nome aos sons de seus batuques. [grifos do autor]^{xxi}

A República, o regime político popular par excellence, iniciou-se no Brasil, sob a mais profunda ojeriza do povo. Isso porque a manobra política de 1889 não significou uma luta popular no sentido de fundar um Estado que se fizesse representar soberanamente pela maioria. Os *Donos do Poder*, para usar os termos de Raimundo Faoro, remodelaram as configurações de forças do Império, de modo a se beneficiarem, sem, contudo, a presença do rei. Mas o Estado brasileiro esteve distante do povo e este, talvez, pouco à vontade para se convidar para a festa da democracia, e já matuto do como se virar, sem o Estado e as benesses de seu pacto social, permaneceu distante, porém nem um pouco despolitizado.

Não seria, a meu ver, exagerado supor que a reação popular a certas medidas da administração republicana, mesmo que teoricamente benéficas, como a vacina obrigatória, tenha sido em parte alicerçada pela antipatia do novo regime. [...] Esta extraordinária revelação confirma o abismo existente entre os pobres e a república e abre fecundas pistas de investigação sobre um mundo de valores e ideias radicalmente distintos do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários.^{xxii}

A instabilidade política sulcava a carne do Brasil. A acusação de um povo pouco atuante politicamente, hoje ou ontem, é de uma cegueira capilar. A atuação

política era intensa, guerra civil, sociedades messiânicas, miséria social, tropas se rebelando, tropas aliando-se ao povo, forte ação do movimento sindical anarquista. Tudo isto resultado dos vários desajustes que determinavam o não funcionamento da República. Como era de se imaginar, ao invés, de se trabalhar para resolver os problemas econômicos, urbanísticos, sociais, optou-se pela resolução política para a pacificação dos conflitos. Portanto, um novo rearranjo se fez: do Golpe dos Militares ao Pacto das Oligarquias, “como a necessidade de eliminar, ou pelo menos neutralizar, a influência da capital na política nacional. Isto significava pelo menos duas coisas: tirar os militares do governo e reduzir o nível de participação popular.”^{xxiii} Sem os militares no poder, o Palácio do Catete passou a ser frequentado ora por mineiros, ora por paulistas. E estava garantida a exclusão do povo das eleições, graças a proibição do voto dos analfabetos e das mulheres.

O problema central a ser resolvido pelo novo regime era a organização de outro pacto de poder, que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado de café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Para os que controlavam o setor mais poderoso da economia (exportação) e para os que se preocupavam em manter o país unido, tornava-se urgente acabar com a instabilidade política.^{xxiv}

A maior parte da população brasileira era analfabeta, desde o Império. A educação pública universal nunca foi uma política pública a que o Estado brasileiro estivesse verdadeiramente interessado. Isso porque o jogo do poder fez-se e faz-se pelo poder, o sentimento de nação colocado como um engodo retórico no sentido de exaltar uma identidade nacional rarefeita. Em qualquer país, o jogo do poder ocorre de forma mais ou menos parecida, porém o senso de pátria grita

mais agudamente nos ouvidos dos políticos e da burguesia. Formar melhor as pessoas é constituir uma mão de obra mais qualificada para um desenvolvimento das forças produtivas cada vez mais dinâmico e exigente. Mas a mentalidade agrário exportadora, nem ambicionava tanta coisa, como uma Revolução Industrial brasileira, mais por uma baixa autoestima, espírito de uma elite colonizada e subserviente (nestes últimos tempos muitos patriotas brasileiros andavam enrolados em bandeiras dos Estados Unidos da América e de Israel), além de medíocre e acomodada, que por elementos potenciadores para o fato.

Percebe-se que no caso brasileiro, a exigência de alfabetização, introduzida em 1881 era barreira suficiente para impedir a expansão do eleitorado. O congresso liberal de maio de 1889 já o dissera abertamente ao aceitar como indicador de renda legal o saber ler e escrever.^{xxv}

A estratégia de manter o povo fora da política institucional resolveu-se com a exclusão, não só dos analfabetos, como das mulheres. O voto censitário havia sido abolido, o que demonstra um certo avanço. Porém, o machismo estrutural e científico do século XIX atribuíam uma impossibilidade cognitiva de as mulheres entenderem coisas como política. Não tendo os pressupostos biológicos para o exercício da cidadania. O uso retórico dos dispositivos da biologia parece dar mais veracidade aos argumentos, algo semelhante se aventa hoje em dia, sem se reportar muito bem ao logicismo do argumento. As mulheres só iriam começar a fazer parte do jogo político institucional em 1932, com Vargas. Getúlio Vargas não sendo nem um pouco bom samaritano, mas aumentando o número de pessoas sob o seu jogo manipulador e nacionalista.

Teriam os críticos razão quanto à apatia política dos fluminenses? A resposta deve ser buscada inicialmente através dos canais oficiais. Embora a República tivesse eliminado o voto censitário, manteve, por outro lado, todas as

outras restrições, inclusive a exclusão dos analfabetos e das mulheres.^{xxvi}

A elite latifundiária mais poderosa do país passou a revezar no poder. Ao mesmo tempo, para conter a ira das outras oligarquias dos outros estados, fundaram a *Políticas dos Governadores*, em que o apoio irrestrito dos governadores a este presidente, que sempre seria mineiro ou paulista, resultaria em vantagens políticas locais. O toma lá dá cá rodando a pleno vapor em plena luz do dia. Este conluio de mafiosos funcionou até 1930 com o golpe de Vargas, que só foi possível pelo enfraquecimento econômico do café, e, portanto, o esfarinhamento do pacto político.

A maneira indireta de neutralizar a capital e as forças que nela se agitavam era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Era reunir as oligarquias em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com cacife político de cada uma.^{xxvii}

A cidade do Rio, capital da República, o epicentro do caos político e econômico teria que ter uma administração preservada mais de perto pelo presidente da República. Deixar que os seus desígnios ficassem à mercê do voto popular seria condenar o Distrito Federal à guerra civil. A não ser que políticas públicas sérias e de longa permanência comesçassem a atuar para amenizar as tensões, o que não estava no escopo de análise. Logo, a medida mais anti republicana foi a adotada, ou seja, indicar interventores para assumir a prefeitura do Rio. Dessa maneira o presidente indicaria quem quisesse, e se achasse necessário, o exoneraria a hora que bem entendesse, e colocaria outro. A estrutura política da cidade disponível como marionete do poder político federal.

A situação do governo municipal não mudou muito com a decretação da lei orgânica do Distrito Federal, em 1892, já em

regime constitucional. A lei previa a eleição dos intendentes pelo voto popular, mas o prefeito, cargo então criado, seria nomeado pelo presidente da República com aprovação do Senado Federal. As coisas assim permaneceram até o final da primeira república. Na verdade, o Rio republicano foi governado o tempo todo por interventores.^{xxviii}

As leis e modos de funcionamento do Distrito Federal dispunham-se segundo os interesses da União. Sendo outorgadas medidas ditatoriais e violentas para realização de atividades necessárias à cidade. Seja do ponto de vista modernizante, seja no sentido de conter focos de rebelião e atentados terroristas. “No governo de Rodrigues Alves, Pereira Passos governou a cidade por seis meses com a câmara suspensa, ditatorialmente, como o fizera na época florianista Barata Ribeiro, com o conselho funcionando.”^{xxix} Mas algo como um fogo de palha sustenta a política brasileira. Tão rápido quanto uma rebelião começa, ela desaparece. Sem a constância como hábito no jogo de forças. É como se a sociedade estivesse fora do Estado, esperando suas “bondades”, que nunca chegam, até desembocar numa reação furiosa, que, logo dispersa-se. Quem habilitando-se a fazer a corte da política institucional? Os mesmos de sempre, latifundiários, financeiristas, políticos profissionais em sua maioria. O Estado, obviamente, age para conter os focos de tensões, cooptando seus líderes, reprimindo com a força, e fazendo-se descer como estrutura que sirva para alguma coisa, caindo-se no descrédito.

Os intelectuais desistiram da política militante e se concentraram na literatura, aceitando postos decorativos na burocracia, especialmente no Itamaraty de Rio Branco. Os operários cindiram-se em duas vertentes principais, a dos anarquistas, que rejeitava radicalmente o sistema que os rejeitava, e a dos que procuravam se integrar através dos mecanismos de cooptação do Estado.^{xxx}

A cooptação política foi/é um recurso que facilita/facilitava a promiscuidade do Estado nas suas fórmulas mais mafiosas. Os bicheiros não surgiram no Rio há alguns meses, faz tempo que sua relação com o Estado beneficia a ambos. Os prostíbulos funcionando do mesmo modo, a capital tendo todas as diversões de uma *Las Vegas*, bem liberal, todas proibidas por lei, mas permitidas na prática. Ao longo do tempo, outras relações de força vão se construindo na cidade, como o tráfico de drogas e as milícias. A política institucional, as festas populares, a elite, a classe média e o povo, tendo que conviver numa permanente tensão e articulação entre estes contraventores e criminosos. O jogo de bicho, por exemplo, tem poder econômico para proteger o carnaval de escolas de samba dos milicianos e da guerra do tráfico, sendo impossível a realização do carnaval, caso a LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro) estivesse desamparada, à mercê de toques de recolher e do toma lá dá cá da corrupção policial, instituída ou milicianana.

Ao lado de funcionários públicos, passaram a envolver-se nas eleições e na política municipais, por iniciativa dos políticos, os bandos de criminosos e contraventores do estilo de Totonho e Lucrécio Barba de Bode, descritos por Lima Barreto, os donos das casas de prostituição e de jogo.^{xxxii}

Uma coisa é certa, as apostas de José Murilo de Carvalho, são promissoras. Pois, não é crível que o Brasil não tenha povo e seja despolitizado, isso é falso. Mas essa mesma sociedade não é adepta do partidarismo político, do sindicalismo, do pertencimento ao Estado como fundamento orgânico de si mesma enquanto tal. Dada essas questões, algo genuíno, bem particular de nossa realidade, singular, denuncia-se como fonte de análise, que não cabe nas formatações bem ordeiras, mecânicas, lógicas e europeias que, buscou-se enunciar sobre o povo bestializado. Aqui, nos serve em demasia esse argumento. Pois, o foco de nossa defesa é que o carnaval, por exemplo, é um movimento político de resistência e

existência. O poder instituído teve um papel de cuidado muito aquém do que se esperava, e o povo, desamparado, aprendeu a se virar sozinho, com suas redes de solidariedade, suas festas, sua dor coletiva. O samba realizava o fenômeno de ser aquilo que parece não ser aos olhos do outro, europeizado, branco, racista, e supostamente portador de uma consciência de classe. Ou seja, na medida em que é festa, o carnaval como samba de enredo é luta política e quando se descobre nele, luta política, ele se traveste de festa e alienação (alienar-se é uma forma de existir, os supostamente conscientes são, curiosamente, os mais alienados, pois usam de seu aparato conceitual político para conter a sua angústia diante do esvaziamento total da realidade quando da descoberta racional e consciente do mundo como pura desesperança, desconexão, vazio, abismo para a queda no desespero). O carnaval não aliena, ele mostra o mais íntimo do brasileiro.

A cidade não era uma comunidade no sentido político, não havia o sentimento de pertencer a uma entidade coletiva. A participação que existia era de natureza antes religiosa e social e era fragmentada. Podia ser encontrada nas grandes festas populares, como as da Penha e da Glória, e no entrudo; concretizava-se em pequenas comunidades étnicas, locais ou mesmo habitacionais; um pouco mais tarde apareceria nas associações operárias anarquistas. Era a colônia portuguesa, a inglesa; eram as colônias compostas por imigrantes dos vários estados; era a Pequena África da Saúde, formada por negros da Bahia, onde, sob a matriarcal proteção de Tia Ciata, se gestava o samba carioca e o moderno carnaval.^{xxxii}

A reforma urbana da cidade, aos padrões franceses, de uma Renovação de Haussmann, colocou a baixo a cidade para que, abrissem-se imensas avenidas, largas e longas, no sentido de abrir espaços, dando a sensação de conforto e modernidade à capital. Modificações estruturais desta magnitude não seriam feitas sem muito dinheiro disponível. Famílias deveriam ser indenizadas e as obras

em si demandariam recursos vultosos. A política econômica do governo anterior resultou em alguns avanços na área econômica. Mas só isto era insuficiente, Rodrigues Alves fechou a Câmara de Vereadores do Rio e deu poderes ditatoriais a Pereira Passos por seis meses, para tocar as obras sem grandes intromissões populares ou de políticos oportunistas.

Quando as finanças da República foram recuperadas pela política deflacionista de Campos Sales, sobram recursos para as obras há muito planejadas de saneamento e embelezamento da cidade. Tudo foi feito com a eficiência e rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático inaugurado pela República. O engenheiro-prefeito pediu a suspensão do funcionamento da Câmara dos Vereadores por seis meses para poder agir livremente e decretar a legislação necessária para o rápido encaminhamento das reformas.^{xxxiii}

As tropas na rua expulsaram o povo do centro da cidade deslocando-os para os morros e para a Cidade Nova e a Saúde, reduto das casas de bamba, das religiões de matriz africana e do samba. Nitidamente higienista, a reforma de Pereira Passos, pretendia limpar a cidade dos sujeitos perigosos, pobres e pretos. “No Rio reformado circulava o mundo belle-époque fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro.”^{xxxiv} Rasgada a cidade ao meio, grandes *boulevard* surgiram, monumentos, praças para a convivência social, estabelecimentos para o deleite da elite culta do Rio. Bem maquiada, a cidade estava pronta para se mostrar linda, seus problemas mais crônicos, escondidos. Apesar de, a quem quiser ver, basta abrir os olhos, porém, quando se trata da população negra brasileira, não se vê: invisibilidade do ser enquanto ilegítimo. Logo, se foram afastados, mesmo quando estavam perto, não eram vistos.

As reformas tiveram como um dos efeitos a redução da promiscuidade social em que vivia a população da cidade,

especialmente no centro. A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abaixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor.^{xxxv}

O povo, abjeto, segregado, desempregado, apesar de toda a intenção de subjugá-lo, misturava-se e dava o seu toque a tudo. Da política à cultura, o povo nunca esteve fora, os negros sempre expressaram a sua vontade, num modelo de atuação como tática de guerrilha, camuflagem, projeção do Inconsciente como sublimação: instituinte e instituído. Porque estando na engrenagem para romper como micro resistência. Ser a seu jeito no interior de uma máquina de destruição de corpo negros. Sem romper, rompe. Rompendo, permanece o que é, na conjuntura. Os negros começaram a se apropriar de algumas festas, portuguesas e dos brancos. O que desembocará em grandes festas de batucadas e manifestações religiosas afro-brasileiras, sincretizadas ou não. O futebol, bem elitizado e branco, foi capturado pelo sentido popular negro do Rio de Janeiro. Um e outro vão endossar o que em pouco tempo se constituirá carnaval de Escolas de Samba.

Mas, se o novo Rio criado pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuaram a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas. [...] Assim, a festa portuguesa da Penha foi aos poucos sendo tomada por negros e por toda população dos subúrbios, fazendo-se ouvir o samba ao lado dos fados e das modinhas. Na Pequena África da Saúde, a cultura dos negros muçulmanos vindos da Bahia, sua música e sua religião fertilizaram-se no novo ambiente, criando os ranchos carnavalescos e inventando o samba moderno. Um

pouco depois, o futebol, esporte de elite, foi também apropriado pelos marginalizados e se transformou em esporte de massa.^{xxxvi}

As Repúblicas impunham-se a República estabelecida, fazendo-se ouvir pelos tambores, atabaques das religiões de terreiro, pela fúria jacobinista propriamente dita. E foi pela via de uma cultura popular, proliferante, adaptativa, rebelde, contraventora, que a República das elites teve que engolir as Repúblicas do Povo. Porque mesmo a elite incluía-se nesta cultura do povo, procurando a cura e os oráculos, comportando-se, indecorosamente, quando o ritmo das palmas, dos tambores e das vozes envolviam a todos, contagiando os ouvintes, convocando-os a uma atitude mais ativa diante da música.

Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobreterrâneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituiriam uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol.^{xxxvii}

A massa unívoca, coesa, pronta para a luta, para a defesa do país, a fraternidade patriótica pronta a anular os indivíduos na carga dos homens destemidos e valentes, autênticos heróis, mortos na carnificina do campo de batalha, em honra de seu passado glorioso para a garantia da eternidade de seu povo, ou, os trabalhadores, conscientes de sua aurora, a levantar suas foices e martelos, unidos pela convenção da liberdade como aniquilamento de todas as formas de acumulação, via exploração da mais valia relativa e absoluta, ou, os soldados de Deus, servos confessos do Senhor todo poderoso, prontos a matar e morrer por aquele que em seu sacrossanto autossacrifício libertou a humanidade do jugo do pecado e do demônio. Enfim, o povo é tudo, menos uma coisa só, e no Brasil, menos ainda. A ditadura republicana como arauto da vontade da alma

soberana do povo é a mais atrevida distorção político conceitual da res publica, praticada pelos romanos, e como não se deixaria de supor, pela mente mirabolante dos políticos brasileiros, na sua apropriação dos conceitos iluministas. O povo é uma diversidade muito grande de muitas razões, trejeitos, vontades. Uma profusão caótica de desejos, uma potente e instigante fonte de tensões, que servem ao desenvolvimento da sociedade, do Estado, das instituições e, principalmente, compõe elemento primordial à constituição dos indivíduos

Mais pela simbologia da ação do que pelas ideias, Silva Jardim introduzira uma concepção de cidadania que se aproximava do modelo rousseauniano: a visão do povo como entidade abstrata e homogênea, falando com uma só voz, defendendo os mesmos interesses em comum. A ideia de ditadura republicana adequava-se bem a esta concepção. Segundo ela, o ditador era a encarnação da vontade coletiva e o instrumento de sua ação.^{xxxviii}

Um componente importante na construção histórica da República brasileira, sempre visto com maus olhos, por motivos óbvios, foram os militares. Pode-se dizer com todas as letras que as Forças Armadas brasileiras são, as três, divididas em altas e baixas patentes, segmentadas em dois grupos sociais bem distintos. Os oficiais sempre na cena política, disputando seus acordos e benesses, os medalhões para os seus improdutivos herdeiros. Os praças, os mais vulneráveis na guerra, mas filhos dos despossuídos, pobres, trabalhadores braçais, eram tolhidos do exercício da política, seja ela qual for. Especialmente na Marinha de Guerra, a Revolta da Chibata, explica bem, pela própria representação dos fatos, a cisão inerente às forças militares. E, o pior, os praças não tinham e continuam não tendo o direito de fazer política sob a alegação de que quando a política entra no quartel a disciplina sai. De qualquer modo, este grupo reivindicava a cidadania e a praticava, como é até hoje, sem se saber muito bem o que se está fazendo, pois é legalmente proibido, mas se faz como se fosse permitido.

Na prática, as reivindicações centravam-se no direito de reunião e de livre manifestação da opinião política. Houve mesmo um esforço eleitoral no sentido de levar ao Congresso, candidatos militares.^{xxxix}

Se os praças não conseguiram grandes avanços no que concerne aos castigos físicos e ao soldo, menos ainda progrediram os operários. Há a associação do fracasso do movimento operário da Primeira República, ao anarquismo e sua recusa a organização institucional no sentido mais duro da palavra. Negando toda forma de poder e ordem, acabaram sendo incapazes, inclusive, de negociar com os donos do poder, algo como melhorias trabalhistas pontuais de impacto direto no cotidiano dos trabalhadores. A destruição do Estado como objetivo principal acaba sendo tão grande que se esquece de que a revolução não é produto de uma reviravolta abrupta, mas de um fazer cotidiano, trabalho de mãos e cérebros, capazes de corroer o Estado burguês. Quando a revolução é muito grande deixa de ser realidade para ser abstração, esperança de crente, desejo ao paraíso, sonhos de pequeno-burguês que não paga contas.

Os operários do Estado merecem referência especial. Constituíam parte importante do operariado do Rio no final do império e início da República, e foram outro setor da população que viu a República como uma oportunidade de redefinir o seu papel político.^{xl}

O movimento sindical articulava greves com a intenção política de derrubar os presidentes, que propriamente lutar por melhorias trabalhistas. Se é verdade que sua atuação política implicava na ação terrorista, extremamente perniciosa a estruturação do Estado enquanto agente social organizativo; por outro perdia-se nesta luta imensa não conseguindo garantir melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Logo, se o Estado não ofereceria a legislação necessária aos trabalhadores e caía no descrédito por sua imbricada e corrupta burocracia, o

movimento anarquista na sua campanha contra o seu gigante *Leviatã*, caía em inoperância para o trabalhador de chão de fábrica. Isto é, seja de um ou de outro, os trabalhadores continuavam desprotegidos e desamparados. Entretanto, eles mesmos criavam suas redes de solidariedade para se ajudar.

Vinhaes esteve ainda envolvido em diversas greves de natureza política, começando pela dos ferroviários, em 1891, que ajudou a derrubar Deodoro, e terminando na dos estivadores, ferroviários e carroceiros, em 1900, planejada como parte do golpe destinado a derrubar Campos Sales.^{xli}

A esperança que nutriam os anarquistas com a República, no sentido da alavancagem de um novo aos moldes de suas utopias, deteriorou-se rapidamente. Pois a abertura democrática como um enfraquecimento do Estado, disponibilizando-o a um permissivismo mais evidente, ponto de entrada para os anarquistas instalarem a bomba, não aconteceu, pois a transição da monarquia para a República, não significou um republicanismo de fato, mas um rearranjo das forças. O jogo de forças se desenrolando na morosidade e letargia de uma engrenagem imensa, robusta, pesada, histórica, que nem uma democracia como a que se estabeleceu a partir de 1988 seria capaz de corroer. O Estado brasileiro é um monstro de chumbo descomunal pronto a esmagar os cidadãos que se voltam diretamente contra ele. Mas como ele é muito lento e engessado, não acompanha as transformações políticas que ocorrem de outros modos. Aí o povo faz a sua revolução, mas os agentes organizados acabam se frustrando, adoecendo, decepcionando-se com a face imunda da política. A política é o que temos para evitar a guerra.

O desencanto fica transparente no manifesto do Centro Socialista aos Operários e Proletários, lançado em 9 de janeiro de 1899 no Rio de Janeiro. Aí se afirma que, se o Império vivera sob o monopólio dos donos de escravos, a República “vai vivendo à custa dos mais repugnantes sindicatos políticos e

industriais, geradores de uma perigosa oligarquia plutocrática tão perniciosa como a oligarquia aristocrática”.^{xlii}

O anarco-sindicalismo brasileiro, apesar de seu libertarismo para além de qualquer institucionalismo, encampava sua campanha no nível da cultura, tendo diversos jornais para a consolidação de seu discurso, assim como intelectuais de ponta. O que denuncia, talvez, um certo distanciamento de suas concepções de mundo da realidade do povo trabalhador. A cisão colocada desde Proudhon e Marx, que avançaria por *Kropotkin* até os dias atuais, passando pelo movimento *punk*, é a de que o reformismo do socialismo não desembocaria numa sociedade comunista, a égide da ditadura do proletário como o problema em si, do desenvolvimento da liberdade na origem da sociedade sem classes.^{xliii}

O primeiro jornal anarquista parece ter sido O Despertar, de José Sarmiento, publicado em 1898. Em linguagem cheia de espanholismos, denunciadora da origem do articulista, o jornal revela o individualismo e o espontaneísmo extremados, rejeitando até mesmo a organização da propaganda. Defende como única arma operária a greve, visando greve geral que abolirá o Estado. Em seguida viram O Protesto (1899), O Golpe (1900), a revista Asgarda (1902), O trabalhador, A Greve (1903), a revista Kultur (1904), O Libertário (1904), de Neno Vasco, português e talvez o mais culto dos anarquistas da época.^{xliv}

O movimento dos trabalhadores anarquistas era apolítico, no sentido de que rejeitava este instrumento como recurso a transformação social, jurídica e política dos trabalhadores. Ora, se o pressuposto é o combate para a dissolução, então não há negociação entre patrões e empregados, mediado pelo Estado. Sem mesa de negociação, toda greve era política, toda ação, revolucionária em si, porém incapaz de mobilizar ações práticas do cotidiano do proletariado. Este tipo de herança repercute hoje, seja no Congresso Nacional em Brasília, seja nas salas de

aulas das universidades, no movimento estudantil, na política de poder das universidades públicas, no debate eleitoral para os cargos da República, o debate sempre bastante longínquo, no campo de uma filosofia política, às vezes, até sem a leitura e a demora devidas sobre os autores da filosofia e das Ciências Políticas, o que faz as disputas ainda mais capengas e psicodélicas. Sendo que na prática, a universidade tem que ter mais espaço, salas de aula, o professor tem que ser melhor pago, mais bolsas devem ser disponibilizadas, a comida do RU (Restaurante Universitário) de melhor qualidade e de graça para todos os alunos matriculados. Ou seja, o confronto das grandes ideias é muito legal, mas a atividade prática como realização concreta, gestão da coisa pública deve acontecer.

Em 1906, por ocasião do Congresso Operário Regional Brasileiro, deu-se o enfrentamento entre anarquistas e socialistas. A tendência da maioria ficou clara quando Pinto Machado, comentando moção de apoio aos operários russos, reafirmou sua posição de socialista político porque, segundo ele, no Brasil não havia a miséria que caracterizava a Rússia. Houve enorme reação da plateia, acompanhada de vaias, e a mesa teve que encerrar a sessão. As resoluções do congresso consagraram os princípios do anarquismo sindicalista ao estilo da CGT francesa. Pregavam a rejeição da luta política partidária; a organização de sociedades de resistência (sindicatos); o uso da luta econômica através de greves, boicotagem, sabotagem, manifestações públicas; a formação de federações de sindicatos e de uma confederação, todas com amplo grau de autonomia. Fazendo o discurso de encerramento, Benjamim Mota enfatizou exatamente as resoluções referentes à não-participação na política.^{xlv}

O confronto, portanto, cindia-se em patriotas e cidadãos. Os patriotas como defensores de uma estabilidade política a qualquer custo, os cidadãos como tensionadores, conspiradores e auspiciadores da atividade que minaria o próprio

conceito de Estado e soberania. “Ao passo que o anarquismo rejeitava a ideia de pátria, ou a redefinia de forma radical, os positivistas a enfatizavam.”^{xlvi} Nesses lugares distanciados, o lugar do diálogo desaparece, o ambiente sempre tomado de uma certa tensão política. O conceito de pátria cidadã como um Estado que se reinventa pelo choque de seus partícipes, não se vislumbra. As elites temiam a fragmentação política, e por isso colocavam o Estado para reprimir os conspiradores, sem, contudo, atentar-se para o que de fato deveria ser feito, numa guerra nas alturas etéreas de um lugar sem o povo e suas vontades. Muita gente falando sobre esse tal de povo sem perguntar-lhe sobre os seus desejos e necessidades. “A ideia de pátria colocava-se nitidamente no primeiro polo, enquanto a de cidadania, em sua versão liberal, fica no segundo. Pátria é família, é sentimento, é integração, é comunidade. Cidadania é cálculo, é pacto, é construção, é defesa de interesses.”^{xlvi} Mas a importância maior a esse ou aquele lado não ajudava a ninguém. E aqui não optamos pela posição de isentos, como se falam por aí nestes ambientes cibernéticos de muita gente que sabe de muita coisa pronta a bravejar suas verdades inconvenientes e canceladoras, sem uma práxis libertária que seja capaz de compor no real a transformação social. Bem parecido com estes debates que aludimos, o povo ainda resolvendo suas correrias a sua maneira, enquanto os melhoradores dos homens e do mundo guerreiam suas ideias parnasianas.

A ênfase excessiva em um dos polos pode inviabilizar o outro. O foco exclusivo em nação e pátria pode ser instrumento para coibir a manifestação do conflito, a defesa dos interesses divergentes e, portanto, o desenvolvimento dos direitos políticos e da sociedade política. Por outro lado, a pura confrontação de interesses, o racionalismo contratual liberal sem o cimento de uma lealdade mais ampla também pode levar a desintegração social e à inviabilização do próprio pacto. [...], mas para a construção de cidadania plena e estável é necessário que ambos estejam presentes.^{xlvi}

A República ofereceu aos cariocas e, ao povo brasileiro como um todo, um conjunto de expectativas. Das mais vastas vontades, a instabilidade política, desde a manobra política de D. Pedro I, passando pelo conturbadíssimo Período Regencial, a república significou aglutinar ou dar contornos as demandas reivindicadas. “A afirmação da inexistência de povo político, de apatia total da população era claramente exagerada. A história da cidade desde a independência indicava intensa participação popular nos acontecimentos políticos, sobretudo durante o primeiro reinado e a Regência”.^{xlix} Todavia, o problema do único país da América a ter sua independência consolidada numa monarquia de caráter absolutista, teve na república, não a sua solucionabilidade. O republicanismo, mais duro e hipócrita, que a própria monarquia! Positivistas, anarquistas, socialistas, nacionalistas, latifundiários, militares divididos em praças e oficiais, os negros livres, mulheres, os trabalhadores formais, enfim, uma gama de grupos sociais vislumbravam na república algum quinhão de dignidade, de exercício da cidadania. Muitas esperanças e pouca efetividade, portaram-se como a frustrar esta gama de gente. Mais uma vez a ação cidadã da luta diluindo-se em impotência na esperança de um salvador iluminado, o chefe do executivo que solucionasse todos os problemas.

Resumindo, temos que no início da República nasceram e se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem.^l

A cidadania impedida, castrada, tolhida, cedeu lugar a estadania. Ou seja, na impossibilidade de uma construção social e política do Estado pelo confronto e pelo pacto de nação, os que puderam, se entranharam na carne das duras escamas do monstro demoníaco do Estado brasileiro. Militares, como agentes de Estado, assumiam sem muita dificuldade este pressuposto. As pessoas comuns buscavam estabilidade nos empregos públicos e os operários, articulados e engajados na luta política, cediam às pressões de cooptação política.

A reação, pragmática antes que ideológica, a esta situação por parte dos que se viam excluídos do sistema foi o que chamamos de estadania, ou seja, a participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela. Foi o caso dos militares e do funcionalismo em geral e de importantes setores da classe operária.ⁱⁱ

E com isto mantinham as concepções de um povo sem atuação política, sem o estatuto de cidadãos. Sem povo, o país seguia a deriva sobre o oceano tempestivo das vontades das elites, dos militares, dos interesses internacionais. Aqui já se começa a elevar as Forças Armadas ao protagonismo decisório dos interesses da nação. Isto é, quando o povo, que insistem em afirmar não existir, for mais contundente nas suas manifestações, eminentemente, políticas, haverá de se conter a revolta e os anseios desta avalanche bárbara. Curioso, que muito destes dizeres, perseveram hoje, entre os conservadores e patriotas, atribuindo-se aos pobres uma certa alienação e bestialidade. As manifestações dos patriotas, sempre aos domingos, por serem ordeiras, e as do povo, na sua luta diária por médicos, contra o extermínio da juventude negra, na reivindicação de redes de saneamento básico, praças para socialização, quadras de esportes, teatros e centros de produção cultural, a qualquer momento, devendo existir algum componente explosivo que lance estas pessoas nas ruas com seus pneus em

chamas e seus cartazes contestatórios. Os patriotas referem-se a estes como vagabundos, por atrapalharem o dia a dia do cidadão de bem indo trabalhar. Que em dia de manifestação dos verde e amarelo, ordeiramente, trabalham para abastecê-los com água, salgados, doces. A república dos patriotas não interessa ao povo, mas a luta do povo beneficia a todos, inclusive aos patriotas.

[...], o representante francês, Blondel, observou que o povo do Rio, “antes surpreso que entusiasmado, não pode compreender o que se passa.” [...] Outra não era a impressão de Adam, o representante inglês. Comentando boatos sobre possível movimento em favor da restauração monárquica em maio de 1891, afirmava que qualquer mudança iria depender da intervenção militar, pois “o grosso da população não se interessa por política”. Os militares, continuava, poderão impor qualquer governo que o povo o aceitará “com submissão como aceitou a República em novembro de 1889”.ⁱⁱⁱ

O povo não existia é uma sentença, no mínimo, elitista. Mas para além de um povo idealizado aos moldes europeus de cidadania, o povo brasileiro tem um mecanismo de interlocução com o poder instituído, bem próprio. Não é que ele não precise do Estado e não quisesse disputá-lo, como suporiam os liberais ao acreditarem na inovação e criatividade dos indivíduos no mercado, mas a conjuntura escravista e o abandono do povo por séculos, o fez criar suas relações de solidariedade. Isto por um lado, por outro, em momentos que os seus grupos e coletivos encontravam-se em risco articulavam-se seus benfeitores poderosos, agentes do Estado, que endossavam como uma contribuição, uma proteção. O mesmo Estado que esmaga agindo para proteger determinados grupos, por desconhecimento de todo o seu tamanho e engrenagem, seu corpo sendo manipulado micro estruturalmente na ponta mais distante de sua cabeça imponente. É o mesmo Estado que nunca esteve presente, mas nunca foi ausente. Desde o fisiologismo político clássico, as elites posicionando o duto de dinheiro

público direto para as suas contas correntes, até os conhecidos dos amigos do prefeito da cidade, que são levados para a capital para ter tratamento médico hospitalar, o poder público age soberanamente. O prefeito deveria oferecer serviço médico de qualidade para a população do município, inclusive as especialidades, e alguns procedimentos e exames mais complexos, mas não o faz. Outrossim, mantêm um serviço de transporte da Secretaria de Saúde para levar e trazer estas pessoas à capital. Com isto todos saem beneficiados. Seu grupo político permanece no poder, por fazer “bondades” com o povo pobre, estes conseguem resolver seus problemas. De paliativo em paliativo, o Estado ausenta-se, presente.

Cabe perguntar agora também se a percebida inexistência de povo não era consequência antes do tipo de povo ou de cidadão que se buscava. Tanto os observadores estrangeiros quanto os intelectuais republicanos estavam sem dúvida buscando o cidadão ao estilo europeu, fosse ele o bem comportado burguês vitoriano, o jacobino de 1789, o eleitor bem informado ou o militante organizado nas barricadas. Se inexistia este povo, quem era o povo do Rio? Ou que povo era o povo do Rio? Era ele de fato totalmente alheio a política, desinteressado de participar até mesmo dos assuntos municipais? Era de fato um bestializado?”.^{liii}

O fato mesmo é que não se queria um povo. Para as elites, o povo deveria ser obediente e ordeiro. É por isso que quando começou a pipocar rebeliões para tudo que é lado do país e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, logo se aventou que aqui não haveria povo, mas desordeiros, baderneiros, vagabundos, nos termos da época, vadios e desocupados. A atividade terrorista se intensificava, o presidente e seu séquito de políticos e parasitas, sendo frequentemente alvos de ataques. “De uma afirmação inicial de apatia, de inexistência de povo, passa-se então a outra, que a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista.”^{liv} A ação intempestiva dos famintos, operários, sindicalizados ou não,

colocou fogo na cidade. É interessante como a desqualificação política da atuação cidadã do povo acontece ainda. Para esta mesma elite é muito bonito e revolucionário os trabalhadores franceses lutando por seus direitos, o maio de 1968, a Bastilha, a Comuna. O mesmo, quando ocorre aqui, é tido como baderna, porque depreda a propriedade privada e pública, destroem esculturas, monumentos, igrejas históricas. A beleza de Paris como construção política é chique, a nossa é selvagem e preta, indigna das alturas do cidadão europeu.

Se na proclamação da República a participação popular foi realmente arranjada de última hora e de efeito apenas cosmético, logo após as agitações se tornaram cada vez mais frequentes e variadas, incluindo greves operárias, passeatas, quebra-quebras. O auge da agitação deu-se entre a Revolta da Armada em 1893 e o atentado contra Prudente de Moraes em 1897.^{lv}

Ora, então um povo bestializado avançou para um povo violento, baderneiro e vadio. Logo, dois momentos devem ser analisados mais de perto. Um é o do povo como apartado da política institucional, sem direito a voto. O outro é o do povo rebelado na Revolta da Vacina. Esta população não votante compunha uma vasta porcentagem da população que trabalhava nas mais variadas atividades. Hoje, denominar-se-ia de diaristas e subempregados, talvez até uberizados.

Finalmente, vinha o que dava ao Rio marca especial em relação a outras grandes cidades da época: o enorme contingente de trabalhadores domésticos, de jornaleiros, de pessoas sem profissão conhecida ou de profissões mal definidas. Este lumpen representava em torno de 50% da população economicamente ativa, com pouca variação entre 1890 e 1906.^{lvi}

Deste modo, a obra de José Murilo de Carvalho em, *Os Bestializados*, coloca em destaque muitos aspectos da política brasileira e as concepções de povo criadas para auferir um certo conceito de cidadania. Porém, ao contrário do olhar

das elites e dos visitantes internacionais, o Brasil tinha/tem povo sim. Diversas formas de expressão da cidadania evidenciaram-se na Primeira República, oriundas de um histórico de contestações advindas do Período Colonial, da manobra da Independência e do Período Regencial. Outrossim, além da ação combativa propriamente dita, outras estratégias de resistência e reivindicação da cidadania expressavam-se, como, por exemplo: pela apropriação das festas da Glória e da Penha, pelos negros iniciados nas religiões de matriz africana, no samba, nos cordões, nos ranchos, no futebol, no carnaval propriamente dito. Ou seja, a capacidade de organização e de se fazer valer a sua voz, enquanto povo, colocada de diversas maneiras.

Sambas de Enredo a homenagear a cidade do Rio

O samba, como não tem nenhuma pretensão a um tratado de filosofia política ou ciências sociais, ganha, quando utiliza de elementos leves, originais e autênticos. Logo, a graça, o senso de humor, o deboche, são representações capazes de envolver o público com maior paixão, convocando-o a dançar e cantar. Mais que isto, quando o samba recupera elementos do povo, como o suburbano, o favelado, não no sentido triste, decadente, pobre, mas porque se é trabalhador, explorado, pobre, que se consegue fazer um algo diferente disso, gozação e brincadeira para curtir o carnaval. O cotidiano periférico desnudado em canção, graça, música de qualidade. Sobre este samba, em especial, é importante indicá-lo como uma música muito gostosa e bonita, uma genuína composição de carnaval.

*Vem pro lado de cá
Vem se acabar na minha aldeia
Vem do túnel pra cá
Pecado não há e nem areia
Sou suburbano
Sou caprichoso, assumido e orgulhoso*

*É isso aí, operário marmiteiro
E muambeiro lá de Acari.”.^{lvii}*

Se poderia fazer uma longa discussão sobre o fenômeno do surfista de trem, muito comum na década de 1990 no Rio.^{lviii} Mas isso poderia tornar a poesia panfletária e com um impacto bem menor graças ao seu pedantismo. Ao contrário, optou-se, criativamente, por abordar o tema de forma caricata e jocosa. E, sem dúvida, resgatando o problema do transporte urbano nas grandes metrópoles brasileiras. As super lotações, o pouco caso das empresas e do próprio Estado com a qualidade do serviço e sua desconexão com o valor bem alto da oferta do serviço. A reportagem que indicamos faz uso do argumento de que os surfistas de trem se divertem, aventurando-se nas ferrovias, mas esquece-se de enfatizar, propositalmente, das condições do serviço prestado à população. Provavelmente, alguém decidiu subir no teto de um trem porque estava pendurado nas portas, devido a superlotação. Sem pessoas penduradas na lateral, é crível que não se tivesse esta ideia mirabolante.

*É de carona que eu vou
Nesse vai e vem
Tem surfista diferente
Tirando onda em cima do trem.”.^{lix}*

Zona Norte, subúrbio coração. Povão no Maraca, o Flamengo representando a nação. Lugar de festa, churrasco, cerveja e pagode. Sem vergonha de ser feliz. Lembranças de uma terra simples, mas de muito sentido e significado para a vida destas pessoas. Crianças a brincar na rua, soltar pipa, jogar pião e bolinha de gude. A noção de perigo e enclausuramento dentro de condomínios de apartamentos mais alinhada aos receios das elites e da classe média da zona sul. Trabalhadores a rasgar a cidade do norte para o centro e sul, todos os dias, para labuta na indústria, na casa das madames, no comércio varejista e de rua. Povo das religiões

de terreiro a bater tambor para seus Orixás, para sua escola de samba, para o time do coração. Nada disto dissociado do estilo carioca de viver: religiosidade, samba e futebol.

*Aqui ô ô, à sombra da tamarineira
Pagodes, risos, brincadeiras
A praça é criança pé no chão
E bate forte, bate norte o coração
Um velho fusca é minha curtidão
Sou baloeiro, eu sou
Sou peladeiro, eu sou
Eu sou o Mengo no Maracanã
Bato macumba bem rezada na avenida
Pra ver minha escola campeã*

*Eu vou daqui pra lá
De frango e saravá
E no burguês farofafá".^{lx}*

O Rio do início do século XX exigia uma grande reforma, não havia dúvida. Não a de Pereira Passos, cosmética, para turistas apreciarem. Transformar o que havia de cidade em modernidade exigiria muito esforço por parte da prefeitura. O Rio ficou bonito, a base de porrada e violação de direitos humanos. O sonho de uma cidade das luzes na América do Sul. Porém, envergonhada de sua população preta e indígena, empobrecida e demandante de uma série de políticas públicas.

*O meu pensamento voa
Me leva ao infinito
Vou girando meu compasso
Passo a régua e mudo o traço
Fazendo o Rio ficar mais bonito*

*Botei tudo abaixo (botei)
Levantei poeira (levantei) (bis)
Dei muita porrada (eu dei)
Taí o Rio que sonhei.^{lxi}*

Em meio ao caos das obras da prefeitura, Oswaldo Cruz implementava a sua política de saúde pública. O carioca com saúde pode tomar banho de mar e ir ao jogo de futebol. A canção, sem grandes pretensões críticas, vê com certo otimismo, para não dizer, ingenuidade, a vacinação imposta ao povo, que desembocará na Revolta da Vacina. O desejo mais evidente era mostrar as outras paixões cartões-postais do carioca. “O carioca.../Ah!... O carioca está contente/A alegria bailou no ar/Gozando de boa saúde, muda de atitude/O esporte já pode praticar/ No jogo de bola (com muito prazer) /O banho de mar (se tornou lazer) (bis)”.^{lxii} O Rio como Paris jamais seria com o seu povo mais perto da África que dos salões do balé parisiense. A *Belle époque* no seu otimismo pequeno burguês não se sustentaria, nem na Europa, que logo seria solapada pela brutalidade da guerra, que dirá no Brasil. Mas este europeísmo da urbana arquitetura diluir-se-ia em novos arranjos, o teatro da burguesia, a boemia dos seresteiros, junto com os chorões e sambistas de uma parte da cidade, um tanto quanto distante, que se gostaria de esquecer. Isso facilitado nas épocas de carnaval, graças a sua promiscuidade social, muito mais que sexual. Aliás, o incômodo dos conservadores com relação ao carnaval, é muito mais de ordem social, que propriamente sexual, o promíscuo e devasso associado às classes perigosas a conspurcar a pureza da elite.

Fiz brilhar...
 Pinteí meu Rio com retrato de Paris
 Com a cidade iluminada
 O carioca tem a noite mais feliz
 Mostrando ao mundo a riqueza nacional
 Meu Rio agora é Belle Époque tropical
 A burguesia me levou ao Teatro Municipal
 Berço de boêmios seresteiros
 Fervilham os bares do meu Rio de Janeiro
 Amanheceu...

*Amanheceu, floresceu um novo dia
 Vou passear, extravasar minha alegria
 De bem com a vida eu tô ô ô ô...
 É lindo o meu carnaval
 E hoje o Rio se tornou cartão postal*

*Lá vem a Ilha que vem
 Toda gostosa também (bis)
 Cantando o Rio, cidade maravilhosa.^{lxiii}*

As formas de reunião e consolidação de modos cidadãos próprios do Rio ganham contexto, numa dimensão propagandística, mas também como subjetividade forjada. As festas postas, contadas, lembradas, como colossais episódios da formação de um povo. O famoso Paço Imperial onde supostamente Dom Pedro I teria declamado as palavras que fundariam o Dia do Fico, fez-se solo para coroações dos reis do Congo. Em memória do passado de África, coroava-se os reis do Congo ao som de muito batuque e dança. Resistência política, expressão cultural, ancestralidade, luta, porque festa e samba canção. Quando a primeira escola de samba pisa os pés na avenida, muito deste passado é retomado e reafirmado como atualização de um povo poderoso e combativo.

*Rio de Janeiro - inesgotável celeiro
 De grande atração, festa das Canoas foi à pioneira
 No tempo da tua fundação
 Que nos lembra a proteção guerreira
 Do milagroso São Sebastião
 Em nossa exaltação
 Reunidos no Largo do Paço Imperial
 Os escravos dançavam batuque
 Origem do samba de nosso Carnaval
 O povo delirantemente aclamava
 Quando um cortejo desfilava
 Com muito garbo e alegria
 Era a passagem do Rei Congo
 E sua formosa rainha.^{lxiv}*

A Lei que libertou as pessoas em condição de escravidão não lhes ofereceu qualidade de vida. Portanto, muitas destas pessoas migraram para as grandes cidades para arrumar emprego e possibilidade de melhoria de vida. Este processo migratório é notável no Rio de Janeiro com grandes levadas de baianas a agregarem-se nas regiões da Saúde, Cidade Nova, Sacramento. Essas baianas realizavam a atividade de ganho. Algumas, antes escravizadas de ganho, quando libertas continuaram exercendo a mesma atividade acumulando todo o dinheiro das vendas. Com suas vestes típicas e sua cantoria para atrair a freguesia, essas filhas de santo introduziam na capital, não só elementos do candomblé da Bahia, mas também o seu carnaval. "Ao finalizar esta história/citaremos uma grande maravilha/no solar do Visconde de Meriti/nobre e fidalgos se reuniam/participando da festa da Glória/dançavam a bem marcada quadrilha".^{lxv} As festas católicas cada vez mais sendo apropriadas pelos pretos e sua religiosidade. Não como um roubo, mas um imiscuir-se na coisa, de tal modo, que a coisa já tão penetrada e mexida, não se percebe mais ela mesma. Meio que sem perceber, a festa dos portugueses recebera a musicalidade dos negros, os cheiros de suas cerimônias, as palavras de uma língua iorubá. "Bulaiê, Bulaiê/Bulaiô,/Airá-ê Xangô,/Airá-ê-ô/Agulelê, agulelê/Gulê ô lorum/Axá norogô"^{lxvi} Restando aos portugueses permanecer na sua festa dos negros ou não realizar as homenagens a sua santa.

*Outro fato importante
E de grande atração
Era a bandinha doida que saía a rua
Para a festa do Divino
A Mercê da caridade de toda a população
E entre relíquias e glórias desta época
Não poderemos deixar de exaltar
Um dos mais lindos pregões de rua tão popular
"Sorvete laia é de coco da Bahia"
elas vieram do passado*

*e se tornaram uma tradição
com suas saias rodadas, chinelos de saltinho
traçavam círculos no chão
era o rancho das baianas
em evolução
colocada num pedestal indestrutível
distribuindo ao povo proteção nossa Senhora da Penha
com sua festa foi a atração.^{lxvii}*

O desenvolvimento das forças produtivas no Rio aguçaria as contradições socioeconômicas, que levariam, inevitavelmente, ao processo de sindicalização dos trabalhadores. A classe dos estivadores na vanguarda da sindicalização. Se sorrir é (re)existir, logo o mais desengajado samba de enredo é em si um ato revolucionário. Que dirá um enredo que contasse a história dos sindicatos no Brasil. Este, comprometer-se-ia, mais diretamente com uma conscientização de classes? Bem mais ao agrado dos marxistas e militantes mais sisudos e pouco receptivos a um pouco de rebolado e sensualismo! Neste samba enuncia-se o contexto de forte crescimento econômico da capital, não para todos, mas para uma burguesia predatória, atrasada, com uma mentalidade ainda bem escravista. A beleza do Rio nos abençoou, não é por isto que não existam motivos para esquecer a exploração, as condições desumanas de trabalho, a nula legislação para proteger os trabalhadores.

*Amor vem ver o mar
Vem contemplar o meu Rio
Agô, Mãe Iemanjá, só de pensar dá arrepio
Meu Rio tem tanta beleza
E a natureza sempre nos abençoou
Sou carioca da gema, sou resistência
Sou Império, sim "sinhô"
Abriu o porto ioiô, é porta aberta iaiá
É o comércio, é o progresso da cidade
E a cidade cresceu, o mundo então conheceu
O berço da felicidade*

*Toda ladeira cantou, a freguesia sorriu
A velha praça inteira aplaudiu*

*E assim nasceu a estiva
O primeiro sindicato do Brasil (bis).^{lxviii}*

Utilizar os sambas de enredo do carnaval carioca para contar a história da cidade do Rio é plenamente realizável. O uso de alguns destes sambas para mostrar os argumentos de Murilo de Carvalho comprovam duas coisas. 1: *que o povo, faz-se sentir por sua composição artística e capacidade organizativa do carnaval carioca, desde, pelo menos, o início do século XX. O que justifica o argumento de que o povo carioca atua politicamente como exercício da cidadania.* 2: *que os processos de resistência política no Brasil não ocorrem por vias convencionais. Isto porque a realidade política brasileira são bons dispositivos para a compreensão de multiplicidade. E os sambas de enredo, exemplos de uma literatura menor.* Ou seja, (re)existir, resistir para existir de uma outra maneira, não é, unicamente, sindicalizada, militante, partidária, mas isso e várias outras conexões. Inclusive, se permitindo capturar-se pelo capital e os interesses da burguesia, para dali produzir fissuras e dispositivos contra-hegemônicos, no âmbito micropolítico, capaz de reorganizar o ambiente de choques. A literatura sambística como arcabouço coletivo, político e rebelde.

Considerações

O mecanismo dialético não resolve o problema de uma realidade multifacetada. A antítese se opõe a tese como oposição lógica, não como movimento interno do próprio real. Ou seja, há mais nuances, conexões, dispositivos, que posições evidentes a que se pudesse aplicar uma ferramenta dualizante para uma compreensão. Por exemplo, o exercício da cidadania no Brasil sempre ocorreu. Não à moda europeia, apenas, mas também! Mas quando se

pensa o povo brasileiro não se consegue ver tão nitidamente um partido político, um movimento social, um líder carismático capaz de arrebatrar todos os desejos dos trabalhadores, desempregados, pobres e famintos. Todavia, se consegue ver o futebol, o carnaval, o churrasco de domingo, a bebedeira com os amigos. E aí, parece, que não há exercício político da cidadania. Isto porque não se efetiva uma escansão dialética, pois o produto da tese não apresenta realidade contraditória, às vezes, estando devidamente adaptado em ser tese. Porque o movimento não é de uma consciência teleológica ou não, do chamado da história para a transformação como recurso mais lógico para a ação.

Nesse sentido, a cidadania é exercida no Brasil utilizando-se os meios convencionais, mas sem uma certa constância e longevidade, mais um impulso para a revolta, que uma atuação planejada em termos táticos para a consolidação de alguns efeitos de combate a se somar na marcha indelével em direção ao *telos* definitivo de uma realidade futura anti-contraditória. E também por meios, menos cristalinos em termos de suas finalidades políticas, como, por exemplo, os sambas de enredo e o carnaval. Não é trivial que o bairro da Saúde, reduto originário do samba, tenha sido o ponto de maior resistência paramilitar na Revolta da Vacina, a, literalmente, colocar as forças repressivas para correr. E não é banal, que desse mesmo lugar tenham saídos os primeiros cordões de carnavais e o primeiro samba de enredo *Pelo Telefone*. Ademais, o próprio poema sambístico comportando-se de um jeito subversivo, irreverente, polêmico. Aos olhos das elites, um avilte, porém, sem que ela deixasse de participar destas grandes festas dos negros no Brasil.

Notas

ⁱ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: Por uma literatura menor. Editora 34: São Paulo, 2021, p. 37.

ⁱⁱ Ibidem, p. 36.

ⁱⁱⁱ Ibidem, p. 37.

iv Ouvir CÉSAR, Chico. **Reis do Agronegócio.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ml8A63W4Cgo>

v DELEUZE; GUATTARI, op. cit., 2021, p. 37.

vi Ibidem, p. 37.

vii Ibidem, p. 52.

viii Ibid.

ix FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 37.

x FOUCAULT, op. cit., 2004, p. 56.

xi Ibidem, p. 43.

xii Ibidem, p. 41.

xiii Ibidem, p. 53.

xiv Ibidem, p. 42.

xv Ibidem, 2004, p. 42.

xvi LAVAL, François Pyrard. **Voyage de Francis Pyrard de Laval, contenant as navigation aux Indes Orietales, Maldives, Moluques et au Brésil, etc.** Paris, part. 2, p. 563-569.

xvii TINHORÃO, José Ramos. **Os Sons do Negros no Brasil.** Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: editora 34, 2012, p. 32.

xviii TINHORÃO, op. cit., 2012, p. 34.

xix Ibidem, p. 37.

xx Ibidem, p. 34.

xxi Ibidem, p. 37.

xxii CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 31.

xxiii Ibid., p. 32.

xxiv Ibid., p. 31.

xxv Ibid., p. 44.

xxvi Ibid., p. 84.

xxvii Ibid., p. 32.

xxviii Ibid., p. 34.

xxix Ibid., p. 34.

xxx Ibid., p. 37.

xxxi Ibid., p. 38.

xxxii Ibid., p. 38.

xxxiii Ibid., p. 40.

xxxiv Ibid., p. 40.

xxxv Ibid., p. 40.

xxxvi Ibid., p. 41.

xxxvii Ibid., p. 41.

xxxviii Ibid., p. 47.

xxxix Ibid., p. 49.

xl Ibid., p. 52.

xli Ibid., p. 53.

xlii Ibid., p. 56.

^{xliii} Achávamos que nem deveríamos comentar que o modelo não intervencionista do naturalismo liberal de Smith e Ricardo ou o judicialismo do Neoliberalismo pela formação da Escola de Chicago e os seus máximos gurus Fridmann e Hayek, não avançariam a uma sociedade mais justa, menos desigual, ou o que o valha, mas nestes tempo de coisas esquisitas como anarco capitalistas e anarco liberais.

^{xliv} CARVALHO, op. cit, 1987. p. 58.

^{xl} Ibid., p. 63.

^{xli} Ibid., p. 60.

^{xlii} Ibid., p. 61.

^{xliiii} Ibid., p. 70.

^{xli} Ibid., p. 64.

ⁱ Ibid., p. 65.

ⁱⁱ Ibid., p. 70.

ⁱⁱⁱ Ibid., p. 69.

ⁱⁱⁱⁱ Ibid., p. 70.

^{liv} Ibid., p. 70.

^{lv} Ibid., p. 76.

^{lvi} CAPRICHOSOS DE PILARES. Não existe pecado do lado de cá do Túnel Rebouças. Compositores: Marco Lessa, Tico do Gato, Carlos Ortiz, Luizito e Karlinhos de Madureira. Rio de Janeiro: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTUaej-6Gyg>

^{lvii} Ver: FANTÁSTICO: Surfe Ferroviário e Trotes na Polícia, Globo, 1991. <https://www.youtube.com/watch?v=2fnUZ38LDZo>. ACESSO EM: 25/04/2021.

^{lviii} CAPRICHOSOS DE PILARES. Não existe pecado do lado de cá do Túnel Rebouças. Compositores: Marco Lessa, Tico do Gato, Carlos Ortiz, Luizito e Karlinhos de Madureira. Rio de Janeiro: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTUaej-6Gyg>

^{lix} CAPRICHOSOS DE PILARES. Não existe pecado do lado de cá do Túnel Rebouças. Compositores: Marco Lessa, Tico do Gato, Carlos Ortiz, Luizito e Karlinhos de Madureira. Rio de Janeiro: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTUaej-6Gyg>

^{lx} UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR. Cidade Maravilhosa, Sonho de Pereira ... Compositores: Bujão, Carlinhos Fuzil, Wanderlei Novidade. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7y8lh8WhUX0>

^{lxi} UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR. Cidade Maravilhosa, Sonho de Pereira ... Compositores: Bujão, Carlinhos Fuzil, Wanderlei Novidade. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7y8lh8WhUX0>

^{lxii} UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR. Cidade Maravilhosa, Sonho de Pereira ... Compositores: Bujão, Carlinhos Fuzil, Wanderlei Novidade. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7y8lh8WhUX0>

^{lxiii} UNIDOS DE LUCAS. Festas Folclóricas do Rio de Janeiro. Compositores: Ladyr Goulart. Rio de Janeiro: 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpdSEHRLH-0>

^{lxiv} UNIDOS DE LUCAS. Festas Folclóricas do Rio de Janeiro. Compositores: Ladyr Goulart. Rio de Janeiro: 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpdSEHRLH-0>

^{lxv} UNIDOS DE LUCAS. Festas Folclóricas do Rio de Janeiro. Compositores: Ladyr Goulart. Rio de Janeiro: 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpdSEHRLH-0>

^{lxvi} UNIDOS DE LUCAS. Festas Folclóricas do Rio de Janeiro. Compositores: Ladyr Goulart. Rio de Janeiro: 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpdSEHRLH-0>

^{lxvii} UNIDOS DE LUCAS. Festas Folclóricas do Rio de Janeiro. Compositores: Ladyr Goulart. Rio de Janeiro: 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpdSEHRLH-0>

^{lxviii} IMPÉRIO SERRANO. O Rio corre para o mar. Compositores: Arlindo Cruz, Maurição, Carlos Sena e Elmo Caetano. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-luEllv8nE>

Fontes

CAPRICHOSOS DE PILARES. Não existe pecado do lado de cá do Túnel Rebouças. Compositores: Marco Lessa, Tico do Gato, Carlos Ortiz, Luizito e Karlinhos de Madureira. Rio de Janeiro: 1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTUaej-6Gyg>

UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR. Cidade Maravilhosa, Sonho de Pereira. Compositores: Bujão, Carlinhos Fuzil, Wanderlei Novidade. Rio de Janeiro: 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7y8lh8WhUX0>

UNIDOS DE LUCAS. Festas Folclóricas do Rio de Janeiro. Compositores: Ladyr Goulart. Rio de Janeiro: 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wpdSEHRLH-0>

IMPÉRIO SERRANO. O Rio corre para o mar. Compositores: Arlindo Cruz, Maurição, Carlos Sena e Elmo Caetano. Rio de Janeiro: 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R-luEllv8nE>

Referências

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELEUZE, Gilles. **Dialogues**. Pré-textos: Paris, 1980.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: Por uma literatura menor. Editora 34: São Paulo, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. Editora 34: São Paulo, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Editora 34: São Paulo, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Kafka**: *Por uma literatura menor*. Imago: Rio de Janeiro, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

TINHORÃO, José Ramos. **Os Sons do Negros no Brasil**. Cantos, danças, folguedos: origens. São Paulo: editora 34, 2012.

Recebido: 13/03/2024.

Aprovado: 07/07/2024

Publicado: 12/11/2024